ÁREA TEMÁTICA: TRABALHO

Diagnóstico Rural Participativo como ferramenta norteadora para o plano de intervenção na comunidade do Pré-assentamento Emiliano Zapata- Ponta Grossa, PR.

Apresentador : Carla Caroline Correia
Apresentador: Luciane Gomes Pereira
Carla Caroline Correia (GEODES, IESOL)[1]
Luciane Gomes Pereira (IESOL)[2]
Nicolas Floriani (DEGEO)[3]
Alana Michelski (Historiadora)[4]
Alnary Rocha Filho[5]

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar e discutir uma ferramenta metodológica de intervenção em comunidades rurais, Diagnóstico Rural Participativo, que foi trabalhado na comunidade do Pré-assentamento Emiliano Zapata , localizado no município de Ponta Grossa - PR. Em um primeiro momento buscamos analisar as potencialidades e as dificuldades que o DRP apresentou como instrumento de avaliação do potencial de intervenção do pré-assentamento Emiliano Zapata, pelo programa de extensão universitária da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Incubadora de Empreendimento Solidários (IESOL). Posteriormente trazemos um breve histórico da comunidade, buscando trazer de forma concisa o processo de ocupação, e por fim fazemos uma análise das ferramentas utilizadas no processo de diagnóstico, bem como da própria ferramenta metodológica que é o Diagnóstico Rural Participativo.

Palavras chaves: Diagnóstico Rural Participativo, Extensão, Desenvolvimento.

Introdução

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) consiste em um conjunto de ferramentas-atividades de participação coletiva que busca fazer com que a comunidade faça seu próprio diagnóstico (VERDEJO, 2006), de forma a permitir o (re)conhecimento das limitações e potencialidades socioambientais de seu território e a partir daí poder autogerenciar-se. Os diagnósticos participativos, nesse sentido, refletem a necessidade de superação dos modelos convencionais de pesquisa, desenvolvimento e extensão rural pautados na racionalidade instrumental e produtivista.

Aparecem no decorrer do diagnóstico participativo diversos questionamentos sobre a organização socioespacial atual, passada e futura da comunidade, de maneira a permitir que os atores envolvidos possam ter uma ideia do processo de construção do projeto coletivo pautado no desenvolvimento territorial rural.

O DRP desenvolve-se como metodologia de pesquisa e/ou plano de intervenção para o desenvolvimento socieconômico do território, e pretende partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando e valorizando os conhecimentos e conceitos da comunidade.

> Ao invés de confrontar as pessoas com perguntas previamente formuladas, o DRP busca fazer com que os próprios participantes analisem sua realidade e valorizem as diferentes opiniões e alternativas para a comunidade." (VERDEJO, 2006).

[1] Graduanda de Bacharelado em Geografia
[2] Graduanda de Bacharelado em Geografia
[3] Professor Dr. Geografia
[4] Historiadora
[5] Geógrafo

A aplicação do DRP no pré-assentamento foi dirigido à horta comunitária como proposta de um curso de extensão de professores do departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para subsidiar o processo de intervenção do grupo pelo programa permanente de extensão (IESOL), que busca a formação, constituição e consolidação de empreendimentos solidários, capacitando-os para a geração de trabalho e renda baseados nos princípios de Economia Solidária.

A Economia Solidária é compreendida por Paul Singer (2010, p.10), como um "outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual."

Para compreendermos a função que a horta comunitária tem no pré-assentamento, é necessário primeiramente que entendamos o processo histórico desta comunidade, para tanto, em um primeiro momento trataremos de fazer um breve recorte temporal da comunidade, no que tange às ações sociais que iniciaram sobre o movimento desde sua instalação até 2011, ações que representaram entraves ao desenvolvimento do projeto de assentamento.

O pré-assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa- PR, teve seu processo histórico permeado na ocupação de parte da fazenda da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária no ano de 2003, por cerca de 150 famílias integrantes do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As famílias que iniciaram a ocupação são oriundas das cidades de Ponta Grossa, Palmeira e região metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná. As famílias que iniciaram a ocupação da fazenda da EMBRAPA, acamparam primeiramente no município de Palmeira no ano de 2002, a área foi emprestada por uma família de assentados do Projeto de Assentamento Palmares II (ROCHA. A, 2010)

Na escolha do local da ocupação um dos fatores mais proeminentes foi a questão do uso irregular de parte da área. A fazenda da EMBRAPA deveria ser utilizada para o desenvolvimento de pesquisa e a multiplicação de sementes e segundo as lideranças do MST, parte significativa da área estava sendo arrendada para o plantio de *pinus elliottii* e culturas de exportação como por exemplo a soja, com o objetivo de fins lucrativos para os arrendatários e desta forma a área não estava cumprindo sua função social.

Com a ocupação iniciou-se um processo de negociação com a Embrapa, e a partir desta o acampamento foi se organizando. Dos 5 mil hectares foram demarcados 660 hectares com o objetivo de organizar o Pré-assentamento. Com a realocação e a organização das famílias em pequenas glebas individuais na área, a comunidade passou a se chamar Emiliano Zapata.

Com a organização espacial da comunidade dividida em pequenas glebas individuais o trabalho comunitário deu lugar ao trabalho individual, reproduzindo desta forma as dinâmicas convencionais de organização do trabalho no modo de produção capitalista. A horta veio como um meio de construir dentro do assentamento um território de promoção e construção do trabalho, e de uma prática comunitária. Um dos indicativos mais contundentes em relação a questão posta, se configura no entendimento de que durante a aplicação do DRP houve uma maior percepção da comunidade quanto a sua própria organização, ao seu processo histórico de consolidação e a formação do seu território.

Objetivos

Buscou -se analisar com este trabalho as potencialidades e as dificuldades das ferramentas utilizadas no Diagnóstico Rural Participativo, bem como destacar esta ferramenta metodológica como um método alternativo, não instrumentalista, que busca construir os resultados com a comunidade valorizando seus saberes.

Com os resultados obtidos pelo DRP, buscou-se construir um projeto de extensão pela Incubadora de Empreendimentos Solidários, onde pudéssemos intervir no pré-assentamento Emiliano Zapata, buscando o desenvolvimento territorial rural por meio do trabalho coletivo, incentivando e construindo saberes ecológicos, ou seja, arquitetando um modelo alternativo de agricultura, que respeite as dinâmicas do espaço rural, ambiental e social.

Metodologia

O próprio DRP se apresenta como uma metodologia alternativa e não instrumentalista de

extensão e pesquisa universitária, nossas práticas se organizaram em utilizar as seguintes ferramentas desta metodologia: Mapa Participativo, Diagrama de Venn, Matriz de atividades e Produtos, Matriz de Comercialização, Matriz de Prioridade de Problemas e Matriz Fofa (Fortaleza-Oportunidade- Fraquezas- Ameaças).

Essas ferramentas subsidiaram a equipe da IESOL e a comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata no entendimento da organização, distribuição dos elementos agrários, ambientais e sociais do território. No entanto nossas práticas se organizaram em um primeiro momento, conhecer e estudar as especificidades históricas, econômicas, ambientais e sociais da comunidade em questão, em um segundo momento fizemos oficinas sobre o DRP e suas ferramentas com os extensionistas com o intuito destes compreenderem as dinâmicas e o processo de construção desta ferramenta junto a comunidade, e finalmente trabalhar o DRP com a comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata.

Resultados

As atividades e ferramentas que constituíram a metodologia do DRP foram: Mapa Participativo, Diagrama de Venn, Matriz Atividades e Produtos, Matriz de Comercialização, Matriz de Prioridade de Problemas e matriz F.O.F.A. (Fortaleza-Oportunidades-Fraquezas-Ameaças).

O mapa participativo, consiste em mostrar graficamente os diferentes elementos da organização do território, para isso valorizam-se os conhecimentos e a representação espacial da comunidade, demandando aos participantes a elaboração conjunta de um croqui, onde pudessem localizar nos talhões desenhados os problemas de ordem técnica (agronômica) e de organização do trabalho. O Mapa da horta subsidiou a construção da Matriz de Atividades e Produtos, caracterizando e quantificando as etapas do itinerário técnico (o manejo de culturas e dos recursos naturais), a organização e divisão do trabalho.

Destacadamente, foi possível perceber um declínio da oferta de mão-de-obra no espaço da horta coletiva, apesar da demanda contínua desta durante boa parte do ano (excetuando o período de inverno, onde são cultivados poucos produtos). Em média a horta exige por dia no mínimo duas pessoas para as tarefas de capina, 10 a 16 pessoas na época de plantio, 1 a 2 pessoas na semeadura em estufa, mais de 10 pessoas na colheita. O funcionamento da horta requer um nível mínimo de mecanização (no preparo do terra), serviço terceirizado e pago. A capina é outra tarefa que demanda muito trabalho, mas é complementada por roçadeira a diesel.

Na estufa, as sementeiras são preparadas com material resultante da compostagem de cama de aviário e/ou esterco bovino comprados de outras propriedades. As sementes são o recurso caro e adquiridas de empresas agropecuárias, o que mostra a relativa dependência tecnológica

O Diagrama de Venn buscou identificar os graus de relacionamento dos atores sociais (ong's, poder público, universidade, sindicatos, etc.) com o pré-assentamento, da comunidade e as relações que eles têm entre si e com outras instituições locais e regionais fora da comunidade, como a Universidade e a própria IESOL. O resultado do diagrama feito junto aos participantes da horta mostrou o relacionamento distante da Universidade com o coletivo. Esse dado pode ser interpretado como reflexo da transição de governo, com aparente mudança de prioridades no que tange à política de incentivo à extensão universitária direcionada as categorias sociais com demandas historicamente reprimidas: quilombolas, assentamentos de reforma agrária, movimentos urbanos por moradias, etc. Por outro lado, apontou parceiros locais pouco convencionais do MST, como o sindicato dos transportes, dos comerciários e a prefeitura (sob o comando do partido de oposição ao dois últimos governos na presidência do país), pelo fato de ser uma cidade considerada politicamente como um bastião da direita no país (haja vista o percentual mais alto na última eleição presidencial), e historicamente consolidada como um dos símbolos do agronegócio.

A Matriz de Prioridade de Problemas, assim como a FOFA permitiram de maneira fácil comparar e hierarquizar os problemas identificados durante o DRP, segundo sua importância e ou urgência. Destacou-se a morosidade no processo de legalização da área por parte do INCRA e demais instâncias legais, bem como a falta de acesso a luz elétrica e saneamento adequado. Talvez os problemas estejam diretamente relacionados.

Contudo, o que mais ficou evidente (pela repetição e ênfase) como os problemas mais prejudiciais ao desenvolvimento do pré-assentamento foi: a) falta de incentivo ao jovem agricultor (a) no assentamento e; b) a falta de informação e formação de técnicos.

Um dos fatores que inicialmente foi percebido na construção desse quadro se configura pela vivência com a cultura urbana, a qual esta muito presente no dia a dia do(a) jovem assentado(a), que estuda e/ou trabalha no centro da cidade. Outro fator apontado se coloca na ausência de discussões

acerca dessa questão.

Frente ao exposto, percebe-se a eficiência da ferramenta DRP para apontar quais os problemas, onde eles estão e quem os pratica no processo de intervenção no pré-assentamento. A existência de uma relação entre os problemas se colocou de forma evidente. Compreende-se assim a importância de propostas educativas que sensibilizem e conscientizem os jovens da importância do projeto coletivo enquanto um novo paradigma ao desenvolvimento rural, pensado como um lugar de vida, laser, cultura e trabalho.

Considerações Finais

O Diagnóstico Rural Participativo, possibilitou a equipe da IESOL repensar estratégias de extensão rural, intervenções em comunidades agrícolas, bem como planejamento de atividades voltados ao espaço rural. O DRP permitiu reconhecer as potencialidades endógenas do processo de análise de todo território, pois privilegiou os saberes locais dos (as) próprios(as) agricultores(as), possibilitando desta forma a formação de agentes do processo de reconhecimento territorial.

Identificou-se como prioritário o incentivo à aproximação do coletivo com redes sociais que trazem experiências exitosas em perspectivas não formais de educação, de maneira a fazer emergir novas fórmulas e estratégias para o desenvolvimento da comunidade local, pautadas não somente no trabalho "produtivo" agrícola, mas pautado também em valores substanciais de luta pela terra e de laços afetivos e de pertencimento do seu território.

Referências Bibliográficas

ROCHA A. A Aterra – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária: desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma alternativa de Economia Solidária. Dissertação de Mestrado, Ponta Grossa- PR, 2010.

VERDEJO M**.** Diagnóstico Rural Participativo: Um Guia Prático, Brasília 2006.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1º Ed. São Paulo. Editora: Perseu Abramo, 2002.